

## A (NÃO) MANUTENÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ANÁFORA POR HIPERÔNIMO

Alex de Britto RODRIGUES <sup>1</sup>

*ABSTRACT: In this article it is discussed the considerations, and the problems raised from them, related to a specific type of anaphora: the anaphora with hyperonym. The aim is to analyze different characterizations of this type of anaphora and to contribute to a more satisfactory explanation of this phenomenon, without, however, the pretension of presenting a definitive explanation. Three different ways in which anaphora with hyperonym are treated can be exposed as the following: a) a hyperonymic anaphoric expression introduce a new type of information related with a recategorization of the referent; b) a hyperonym in an anaphoric expression represents loss of information due to less semantic features in the anaphora than in the antecedent; c) the hyperonym maintains the same information of the antecedent. These views must be analyzed in order to verify if they are incompatibles and to achieve a more consistent characterization of the type of the anaphora studied.*

*KEYWORDS: anaphora; hyperonym; lexical cohesion*

### **Introdução**

A anáfora textual tem sido tema de inúmeros trabalhos (cf. KOCH; MARCUSCHI, 1998; KOCH, 2001; CACALCANTE, 2003) por ainda suscitar problemas em sua caracterização e funcionamento, já que “‘anáfora’ é título genérico para um grande emaranhado de problemas” (ILARI, 2005, p. 103). As várias maneiras como tem sido classificada (direta ou indireta, correferencial ou não correferencial) e a questão da manutenção ou não da referência textual têm mostrado que o funcionamento e a caracterização da anáfora podem ainda ser muito problematizados (ILARI, 2003; 2005). Mesmo a discussão sobre a anáfora correferencial, relacionada a referentes que “seriam os modelos mais prototípicos de anáfora” (CAVALCANTE, 2003, p. 109), parece ainda não ter sido esgotada. E é sobre esse tipo de anáfora, mais especificamente a anáfora correferencial por hiperônimo, que este texto visa discutir.

Para tanto, antes de abordar alguns problemas que podem ser levantados em relação a esse tipo de anáfora, é pertinente esboçar um quadro teórico que dê base para que sejam considerados diferentes apontamentos sobre as questões a serem levantadas. Esse quadro não tem por objetivo apresentar uma resposta definitiva sobre tais levantamentos, mas sim desenhar a discussão em volta da problematização relacionada à manutenção da “informação semântica” – segundo termos de Koch (2003, p. 28) – ligada ao referente e retomada por um hiperônimo.

### **2. Fundamentação teórica**

Por tomar o texto como objeto de análise (focando-se no uso da hiperonímia na constituição da anáfora), este texto tem como pressuposto teórico a linguagem em seu uso concreto, mobilizada em uma situação tal que o discurso se materializa e permite a interação social. Essa concepção, dominante nos estudos contemporâneos sobre o texto (cf. KOCH, 2006), associada a uma dimensão sociointeracional, dialógica, da linguagem, recebe influências diversas relacionadas às tendências que contextualizam o elemento linguístico,

---

<sup>1</sup> Mestrando em estudos linguísticos pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista Capes-Reuni.

sendo algumas das mais importantes a gramática funcional, a linguística textual, a teoria da enunciação, a teoria dos atos da fala e as diversas correntes da análise do discurso. Mesmo com abordagens diferentes, todas essas tendências buscam apreender a linguagem em seu movimento dinâmico, evitando, assim, considerações por demais abstratas e formalistas.

Entretanto, mesmo evitando um reducionismo que considere a linguagem apenas como uma forma fora de um contexto, pretendo, aqui, evitar certa tendência, também reducionista, de não considerar que há regularidades linguísticas apreensíveis (morfológicas, sintáticas, semânticas) com as quais o texto opera. É importante fazer essa consideração, pois, no processo histórico que levou a uma abordagem discursiva do texto – no Brasil, especialmente, sob influência das considerações de Bakhtin (1988, 1991) –, sobretudo voltada a uma orientação a professores de língua, em que a questão do gênero ganhou suma importância, a questão do linguístico por vezes ficou obscurecida. Daí surge o questionamento (sobretudo por parte de professores) apontado por Wachowicz (2008, p. 587):

se gênero pode ser muita coisa e depende sobretudo de convenções sócio-históricas de ações comunicativas (suporte, intenção e institucionalização) (MARCUSCHI 2003, 2005b), então o que há de linguístico a ser trabalhado? Em termos mais ‘chão’: onde fica a análise da língua nos textos?

É provável que esse tipo de reducionismo (que não trata do linguístico, e é verificado no entendimento de professores de língua, mas não só deles) tenha sido causado, em parte, por leituras redutoras de Bakhtin. Quando o autor

foi introduzido no Ocidente, provocou vivo interesse. No entanto, seu pensamento foi um pouco empobrecido. A rica e multifacetada concepção do dialogismo em Bakhtin se opôs o conceito redutor, pobre e, ao mesmo tempo, vago e impreciso de intertextualidade. (FIORIN, 1994, p. 29).

Com conceitos abordados de maneira vaga, diversas leituras de Bakhtin acabaram por ser empobrecidas, colaborando para a abordagem reducionista condensada em rótulos como intertextualidade, interação pela linguagem e gênero. Nesse sentido, visando reforçar o pressuposto considerado aqui, de que há sim condicionamentos sociointeracionais nos textos, mas também regularidades linguísticas (com que tais condicionamentos operam), além de questões cognitivas, recorro a uma observação de Carlos Franchi, quando o autor, depois de discorrer sobre diversas abordagens reducionistas, comenta sobre certo reducionismo dentro do funcionalismo<sup>2</sup>:

Certamente a linguagem se utiliza como instrumento de comunicação, certamente comunicamos por ela aos outros, nossas experiências, estabelecemos por ela, com os outros, laços “contratuais” por que interagimos e nos compreendemos, influenciamos os outros com nossas opções relativas ao modo peculiar de ver e sentir o mundo com decisões conseqüentes sobre o modo de atuar nele. Mas, se queremos imaginar esse comportamento como uma “ação” livre e ativa e criadora, suscetível de pelo menos renovar-se ultrapassando as convenções e as heranças, processo em crise de quem é agente e não mero receptáculo da cultura, temos então que apreendê-la nessa relação instável de interioridade e exterioridade, de diálogo e solilóquio: antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo

---

<sup>2</sup> É importante mencionar, como talvez possa ser inferido da exposição que estou fazendo, que não me comprometo, aqui, com rótulos do tipo “funcionalista” ou “formalista”. A consideração de Franchi me é pertinente apenas para esclarecer meu objetivo de não reduzir a linguagem a apenas alguma(s) propriedade(s).

de sentimentos, ideias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências. (FRANCHI, 1992, p. 25).

Nessa passagem, Franchi busca frisar uma faceta da linguagem, obscurecida por considerações reducionistas estritamente sociais, relacionada ao ato da elaboração, na perspectiva do indivíduo não apenas como ser social, mas também considerado em sua interioridade. Por mais que nessa passagem o autor não mencione a questão da regularidade linguística (morfológica, sintática, semântica), sua consideração vai de encontro ao que assumo aqui, ou seja, uma posição que evita reducionismos, entendendo reducionismo não em uma abordagem com um foco determinado (tal como a abordagem deste texto relacionada ao uso de hiperonímia na construção da anáfora), mas sim em uma abordagem que cria uma imagem da linguagem reduzida a algumas propriedades, como se a linguagem fosse somente forma ou somente algo tácito concebido no meio social. Portanto, por mais que este artigo tenha um foco, buscando analisar determinadas regularidades, ele não assume que os textos se reduzem apenas a regularidades desse tipo, pois os textos também envolvem diversas outras regularidades e dimensões que, por mais que não sejam abordadas diretamente aqui, sempre são tidas como pressuposto na consideração do objeto dinâmico estudado.

Tendo essas considerações como pano de fundo, passo a delimitar melhor o quadro teórico-conceitual com que este texto dialoga diretamente.

### 1.1 Em direção à anáfora por hiperônimo

Para esclarecer o horizonte de conceitos considerados aqui, é pertinente começar por um dos processos pelos quais o texto se organiza: a referência textual. Esta é um processo que permite que referentes sejam inseridos, mantidos, identificados, retomados etc., possibilitando a progressão referencial, entendendo-se que esses referentes não são estáveis e pré-determinados, mas sim objetos discursivos dinâmicos constituídos no texto (Cf. KOCH; MARCUSCHI, 1998). É por meio desse processo de referência ou remissão textual que ocorre a retomada de uma informação no texto. “A informação semântica contida no texto distribui-se, como se sabe, em (pelo menos) dois grandes blocos: o *dado* e o *novo*, cuja disposição e dosagem interferem na construção do sentido.” (KOCH, 2003, p. 28, grifos da autora). Desse modo, a remissão textual permite a ancoragem em uma informação dada e, com isso, mediante a introdução da informação nova, opera-se a progressão textual.

Esse processo referencial de retomada utiliza-se de expressões referenciais, sendo estas

todas as formas de designação de referentes, as quais se diferenciam pelo modo como indicam ao “coenunciador” (MAINGUENEAU, 2001) como o enunciador pretende que ele identifique e interprete o referente. Nessa atividade essencialmente cooperativa (GRICE, 1975, os “coenunciadores” dispõem de pistas, em parte convencionadas na própria língua, para reconhecer os diferentes espaços ou “campos dêiticos” (BUHLER, [1934]1982) em que se situam os objetos para os quais construirão uma representação mental de *referentes*. (CAVALCANTE, 2003, p. 106, grifo da autora).

Assumindo a classificação de Cavalcante (2003), as expressões referenciais podem ser divididas em: aquelas que instituem um referente sem promoverem progressão referencial e aquelas que promovem tal progressão referencial. Aqui me detenho ao segundo tipo, por apenas este estar diretamente relacionado ao objetivo proposto (outras subclassificações serão

apresentadas para expor um quadro geral, mas direciono maior atenção àquelas pertinentes a esse objetivo).

Quando uma expressão referencial remete a outra introduzida anteriormente no texto, tem-se a anáfora, correspondente à retomada de uma expressão antecedente por uma expressão anafórica. Tal relação anafórica, por sua vez, pode ser correferencial ou não correferencial, dependendo de as expressões referenciais envolvidas terem ou não o mesmo referente (cf. KOCH, 2004; CAVALVANTE, 2003).

As anáforas correferenciais podem recategorizar ou não o referente instituído pela expressão antecedente. Essa recategorização, entre outras maneiras, pode se dar por meio do uso de um hiperônimo, em que este se apresenta em uma expressão anafórica, sendo o antecedente uma expressão com um hipônimo. Com esses conceitos (anáfora e recategorização por hiperônimo) postos de uma maneira geral, faz-se necessário ampliar a discussão sobre eles a fim de mostrá-los de maneira mais precisa.

O uso da hiperonímia na constituição da anáfora corresponde a um recurso de coesão lexical muito comentado ao lado do uso da sinonímia, da repetição, do uso de nomes genéricos e da colocação (cf. KOCH, 2001; HALLIDAY; HASAN, 1976; VEREZA, 2000). Porém, não há um consenso em relação ao funcionamento anafórico da hiperonímia.

Vereza (2000) comenta a respeito dessa falta de consenso, remetendo primeiramente a Hasan (1985 apud VEREZA 2000), que considera que a coesão lexical não possui uma função de correferência, mas sim de coextensão; e depois a autores (KOCH, 1985; FÁVARO, 1993 apud VEREZA 2000) que consideram esse tipo de coesão como um fenômeno de correferência. Com essas considerações, Vereza (2000, p. 90) tende para a segunda, afirmando que “grande parte dos casos de coesão lexical desempenha uma função essencialmente *referencial* no texto e por isso deveria fazer parte da categoria geral de correferência, ou simplesmente referência” (grifo do autor).

De todo o modo, é de considerar que, entre os tipos de coesão lexical, há aqueles que, mesmo envolvendo expressões com o mesmo referente, são constituídos por um anafórico em uma nova categoria, diferente da do antecedente. Esse processo corresponde às anáforas correferenciais recategorizadoras (cf. KOCH, 2004; CAVALVANTE, 2003), caso das retomadas por hiperonímia.

Segundo Koch (2004, p. 248),

A retomada, por meio de um hiperônimo, de um objeto de discurso previamente introduzido por um hipônimo constitui estratégia referendada pela norma, que assegura um mínimo de estabilidade informacional, visto que a anáfora por hiperonímia funciona necessariamente por recorrência a traços lexicais.

Quando a autora, logo após, diz que “a carga semântica do hiperônimo, ao ser usado anaforicamente, se ‘ajusta’ ao antecedente, ou seja, selecionam-se apenas aqueles de seus traços que a ele se ajustam” (Ibid.), deixa claro que, ao mencionar “traços lexicais”, se refere a propriedades semânticas. Isso suscita algumas considerações semânticas importantes para o processo anafórico relacionado à hiperonímia.

De acordo com Cançado (2005, p. 28),

hiponímia é uma relação linguística que estrutura o léxico das línguas em classes [...]. O item lexical mais específico, que contém todas as outras propriedades, é chamado de hipônimo; o item lexical que está contido nos outros itens lexicais, mas não contém nenhuma das outras propriedades da cadeia, o termo mais geral, é chamado de hiperônimo.

Essa maneira de considerar hipônimos e hiperônimos, relacionada a questões estritamente semânticas, não abrange a relação deles nos textos, mas elucida questões de nível lexical, mais abstratas, com que o texto opera. Aliás, a consideração de Koch (2004), apresentada anteriormente, sobre o papel de traços lexicais na configuração das relações anafóricas envolvendo hiperônimos segue essa ideia de abordar a dimensão da significação lexical, porém, é claro, com a intenção de analisar o papel dessa dimensão no texto.

Nesse sentido, pode-se dizer que há uma dimensão de significação regularizada no uso da língua e outra, concreta, realizada considerando-se o co(n)texto. A respeito disso, Marcuschi (2004, p. 281) diz que “As palavras têm uma significação dita ‘literal’, mas que serve apenas como uma base mínima [...] para outros usos e no geral aquela significação é apenas uma parte do que se entende com os itens lexicais.” O autor, então, mesmo afirmando que a significação das palavras se dá em um contexto sociodiscursivo, reconhece que há um nível mais abstrato estabelecido antes de uma situação concreta de interação, por mais que este sirva apenas de base. Assim, o autor considera que não se trata de discutir

se o sentido do enunciado lhe adviria pela significação tipicamente linguística, ou pelo trabalho dos falantes, seja pela enunciação, intencionalidade ou por fatores de contextualização e operações mentais (tidos como psicolinguísticos, pragmáticos, discursivos, interativos, entre outros). Trata-se muito mais de observar como o léxico funciona no discurso [...]. (MARCUSCHI, 2004, p. 271).

Por outro lado, minha intenção, como já afirmado anteriormente, é evitar um possível reducionismo a que essa afirmação possa levar (o que não significa que Marcuschi pregue tal reducionismo), reducionismo este que aponta apenas para o discurso. Ou seja, por mais que eu assuma a necessidade de considerar o discurso para compreender melhor como o léxico funciona, pretendo também abordar o linguístico, sobretudo no que diz respeito à semântica. Nesse sentido, pretendo evitar considerações que deem margem a questão “o que há de linguístico a ser trabalhado?”, apontada por Wachowicz (2008, p. 587) e mencionada anteriormente.

Nessa via, Vereza (2000), ao discutir sobre sinonímia e referência, menciona dois conceitos: o significado denotativo (relacionado mais a conceitos como sinonímia e hiperonímia, fora de um contexto) e significado textual (relacionado mais à referência construída no texto). O significado denotativo seria anterior ao texto, ao passo que o significado textual seria dependente do co(n)texto:

Estamos, por conseguinte, tratando de diferentes recortes teóricos: um, abstrato-conceitual onde a estabilidade de sentidos é dada como pressuposto; outro, contextual, ou cotextual, onde o sentido só se estabelece através da correferencialidade. A sinonímia no primeiro caso seria uma “sinonímia denotativa” ou “sinonímia descritiva” que, segundo Lyons, representaria a “identidade de significado descritivo” (:63) ou “identidade de denotação” (:79), isto é, termos que compartilham um significado que independe do uso da linguagem em situações específicas. No caso da “sinonímia textual”, o que as expressões linguísticas teriam em comum seria a referência (e não o “significado”) em uma determinada situação linguística. (VEREZA, 2000, p. 92).

Desse modo, pelo menos em relação ao “significado textual”, um anafórico dito a princípio como hiperônimo do antecedente seria um “sinônimo textual” desse antecedente, já que as duas expressões referenciais possuiriam o mesmo referente. Essa formulação esclarece que há diferenças substanciais entre a relação léxico-semântica hipônimo-hiperônimo dentro do (con)texto (envolvendo correferência) e a relação fora do (con)texto (abstrato-conceitual,

em que os termos teriam significados/referências diferentes, compartilhando apenas alguns traços semânticos). Ou seja, em uma sequência textual como “um chimpanzé fugiu do zoológico pela manhã. Porém, já à tarde, o macaco já tinha preso novamente”, “chimpanzé” e “macaco” seriam a “mesma coisa”, ao passo que “macaco” e “chimpanzé”, sendo palavras consideradas em seu significado convencional na língua e fora de um contexto, não podem ser consideradas a mesma coisa. Entretanto, apesar de essas considerações apresentadas por Vereza serem esclarecedoras de certa maneira, por evidenciarem a diferença entre a relação de duas expressões fora e dentro de um co(n)texto, elas não indicam possíveis diferenças entre uma correferência textual envolvendo hiperonímia e uma envolvendo sinonímia. Por isso, talvez não seja pertinente assumir que um anafórico hiperônimo é um “sinônimo textual” do antecedente (ou seja, considerar apenas a correferência), já que a hiperonímia tem sua especificidade semântica (que a difere, por exemplo, da sinonímia) funcionando dentro do texto, como será comentado mais adiante (o que já foi sugerido anteriormente com a citação de Koch sobre o tipo de recuperação de traços lexicais efetuado pelo anafórico hiperônimo).

Antes de analisar a anáfora por hiperonímia, Silva (2003) recorre a algumas características gerais da relação semântica hipônimo-hiperônimo. Uma delas é a de inclusão, ou seja, o hiperônimo inclui o hipônimo, que, por sua vez, pode ser um hiperônimo de outro termo, configurando-se, assim, uma hierarquia. Desse modo, conforme os exemplos de Silva (2003, p. 659), em uma relação semântica entre os termos “planta”, “arbusto” e “amiero-negro”, “planta” estaria em um nível mais elevado da hierarquia, denominado “superordenado”; “arbusto” estaria no nível “médio” e “amiero-negro” estaria no nível subordinado. Essa hierarquização mostra que a relação hiponímia-hiperonímia “opera por meio de implicações lexicais condensadas numa relação de inclusão cuja orientação se processa de um nível inferior para um superior.” (Ibid., p. 665). Na configuração da anáfora por hiperonímia, caso um antecedente esteja em um nível subordinado, há, ainda segundo a autora (Ibid., p. 666), diferenças no fluxo informativo conforme se escolha um hiperônimo em nível médio ou um em nível superordenado (sendo o anafórico mais genérico em relação ao antecedente, a orientação hipônimo-hiperônimo implica perda de informação).

Koch (2004, p. 249-250) também dá atenção à escolha quanto ao nível do hiperônimo: “quando ocorre a retomada por hiperônimo, é preciso atentar para o grau de hiperonímia, ou seja, se o termo a ser mobilizado é um hiperônimo imediato ou mais distante na escala hiperonímica”, pois, em cada caso, há um efeito de sentido específico. Desse modo, seja considerando que a escolha de um determinado hiperônimo cause uma determinada perda de informação, seja considerando que tal escolha produza um efeito de sentido específico, é de notar que, no processo anafórico hipônimo-hiperônimo, a consideração do grau/nível de distanciamento entre as expressões referenciais pode auxiliar na caracterização de tal processo, o que talvez esteja relacionado às diferenças de compartilhamento de traços entre antecedente (hipônimo) e anafórico (hiperônimo).

Silva (2003, p. 665) ainda lembra que esse processo anafórico, por mais que seja considerado que nele haja perda de informação, “é possível porque a conexão entre o antecedente e o anafórico obedece a uma implicação lexical, que se funda na recorrência de traços lexicais, correspondente à junção de um conjunto de propriedades que satisfaz ambas as entidades.” Desse modo, torna-se pertinente considerar essa recorrência de traços nas expressões referenciais envolvidas no processo anafórico tratado a fim de melhor caracterizar tal processo.

De todo modo, com base no que foi mostrado, pode-se depreender diferentes posições em relação à manutenção de informação do texto na operação anafórica por hiperonímia. Por exemplo, pode ser sustentado que a retomada nessa operação ocorre por um tipo de sinônimo textual, sendo que essa designação, baseada apenas na correferência, pode dar a entender

que há certa manutenção informativa; ou, então, que diferentes escolhas de níveis de hiperônimos anafóricos implicam uma orientação com diferentes fluxos informativos, sendo que ocorreria relativa perda da informação na orientação hipônimo-hiperônimo. Essas são posições possíveis, e aqui não se pretende chegar a uma conclusão definitiva sobre elas. Essas e outras posições são levantadas na seção a seguir, relacionada ao objetivo deste texto de investigar a (não) manutenção informacional<sup>3</sup> na anáfora por hiperônimo.

## Hipóteses

O objetivo deste texto, como já exposto, é verificar e analisar os processos anafóricos relacionados à retomada por hiperonímia, buscando esclarecer em que grau ocorre (ou não), com a introdução do anafórico, a preservação das informações relacionadas ao antecedente. Como pode ser visto, há diferentes considerações a respeito dessa preservação, considerando-se, com já dito, que a questão sobre a caracterização da retomada anafórica por hiperônimo não está resolvida, mesmo as anáforas correferenciais sendo “os modelos mais prototípicos de anáfora” (CAVALCANTE, 2003, p. 109). Tais considerações resultam diferentes hipóteses que devem ser investigadas para se atender ao objetivo apresentado. Considero as três hipóteses básicas, comentadas na sequência: o fenômeno em questão acrescenta informação na transição do antecedente para o anafórico, apresenta uma perda de informação ou mantém a mesma informação.

O tipo de anáfora envolvendo a sequência hipônimo-hiperônimo (como antecedente e anafórico, respectivamente) é comumente classificado como “anáfora recategorizadora” (cf. CAVALCANTE, 2003; KOCH, 2004), o que pressupõe haver a apresentação de uma nova categoria por meio do anafórico, com a manutenção do referente.

Desse modo, a primeira hipótese a ser verificada é a de que, com a apresentação dessa nova categoria (mesmo sendo possível dizer que, a princípio, o sentido dessa categoria, mais genérica, já está contido no hipônimo antecedente), há um acréscimo de informação com a introdução do anafórico, apesar de se manter o referente. De encontro a essa hipótese, considero pertinente a observação de Koch (2004, p. 248), de que, por vezes, “o uso de um hiperônimo tem a função de glosar um termo raro e, desta forma, atualizar os conhecimentos do interlocutor”. Ou seja, a autora reconhece que, algumas vezes, o hiperônimo serve para apresentar um novo conhecimento ao interlocutor, atualizando-o com a informação de que um termo antecedente pertence a uma classe designada pelo anafórico. Remeto ao exemplo dado pela autora:

*Os bugios não precisam de muito espaço e se alimentam de quase tudo que existe na mata: folhas, brotos de árvores, frutinhas.[...]  
O inverno, porém, é a estação de fartura para estes símios e outros animais da floresta, pela abundância de pinhões. [...]  
Nada mais parecido com um lutador de luta livre do que um desses macacos batendo no peito e roncando para amedrontar o adversário. (Zero Hora, Caderno Vida, 17/05/1992, p. 4, apud Koch, 2004, p. 247, grifos da autora).*

Com esse exemplo, Koch (Ibid., p. 248) afirma que “esses macacos” serve para o interlocutor atualizar seus conhecimentos, caso “símios” não tenha sido uma “pista suficiente para a compreensão do que sejam bugios”. Porém, caso o interlocutor não saiba o que são

---

<sup>3</sup> Há problema em caracterizar com precisão o que seria “informacional”, e resolver esse problema está além do meu objetivo. Aqui, considero informações de conteúdo juntamente com informações semânticas trazidas pelo léxico.

bugios ou símios, passar a saber que eles são macacos basta para saber que “macacos” é um hiperônimo de “símios”? Ou melhor, esse uso anafórico relacionado à função de atualizar os conhecimentos do locutor, pelo menos no exemplo analisado por Koch, não indica apenas que o anafórico e o antecedente tem o mesmo referente, em vez de sinalizar que um é hiperônimo do outro? E se indica, assumindo que o interlocutor não tem o conhecimento enciclopédico necessário para saber o que é um símio, ainda seria possível sustentar que o caso de anáfora apresentado envolve um anafórico hiperônimo, uma vez que o interlocutor, pela configuração de informações postas no texto, não pode buscar a informação de que um termo é uma classe em que o outro está contido, podendo inferir até mesmo que “símios” é sinônimo (no sentido denotativo) de “macacos”? E mesmo que um texto deixe claro que o anafórico é um hipônimo do antecedente, sendo necessárias outras informações cotextuais para isso ocorrer, o interlocutor não seria “atualizado” com a informação de que um termo é hiperônimo de outro, configurando-se, assim, a relação hiponímia-hiperonímia como uma informação dada pelo conteúdo do texto e não como uma relação anafórica? Essas perguntas problematizam a primeira hipótese apresentada.

De todo modo, essa função de atualizar o leitor é aparenta ser secundária, já que o uso mais corrente da anáfora por hiperônimo não leva em conta um desconhecimento do leitor sobre qual termo é hiperônimo, como no exemplo a seguir:

O embargo das atividades dos Portos de Paranaguá e Antonina ocorreu no dia 8 de julho, após determinação do presidente do Ibama. Uma multa de R\$ 4,8 milhões foi estabelecida pelo Instituto. (ROSA, 2010, grifo meu)

Aqui, foco-me nesse tipo de anafórico usado sob o pressuposto de que o leitor sabe qual expressão é hiperônima e qual é hipônima. Porém, comentei o tipo com a função de “atualizar” o leitor para mostrar um possível potencial de acréscimo de informação que a retomada com um hiperônimo tem. A princípio, parece claro que uma retomada com uma expressão diferente da antecedente introduz mais uma informação, com o leitor já tendo conhecimento dessa informação ou não. Nesse sentido, no exemplo dado, o hiperônimo “instituto” acrescenta uma informação sobre o que é “Ibama”, não com o intuito de informar o leitor, pois o texto parte do pressuposto de que o leitor já sabe que Ibama é um instituto. Ou seja, por mais que haja um acréscimo de informação no texto, esse acréscimo não visa informar o leitor; pelo contrário, conta com o conhecimento prévio do leitor para que a interpretação da remissão ocorra satisfatoriamente.

Uma segunda hipótese é a de que, com o uso de um anafórico hiperônimo, perde-se informação. Nos casos em que há uma relação anafórica hipônimo-hiperônimo, há uma

relação de inclusão cuja orientação se processa de um nível inferior para um nível superior. Dado que o hipônimo corresponde usualmente a uma entidade de nível médio, ou a uma entidade subordinada, e o hiperônimo é representado pelo nível mais genérico, esta orientação implica uma perda de informação relativamente ao anafórico. (SILVA, 2003, p. 665).

Segundo Silva (Ibid., p. 665), isso ocorre porque a relação entre antecedente e anafórico “obedece uma implicação lexical baseada na recorrência de traços lexicais”, sendo que o anafórico contém menos traços do que o antecedente. Nesse sentido, “símios” possui todos os traços de “macacos”, mas o contrário não ocorre, ou seja, “macacos”, por ser de um nível mais genérico, possui menos traços do que “símios”, o que caracterizaria uma perda de informações na introdução do hiperônimo, mesmo com a manutenção do referente. Para autora,

o principal efeito da correferência [no tipo de anáfora hiponímia-hiperonímia] é que o segmento anafórico pode referir-se ao seu antecedente mediante a seleção de uma das diferentes implicações inscritas na entidade lexical que tem o papel de antecedente. Além da economia pragmática que esse processo representa, ele torna possível associar ao traço [+ correferencial] o traço [+ direto], visto que a referência ao antecedente é feita por uma propriedade essencial ao anafórico – o traço designador da sua classe – que se encontra incluído no sentido do antecedente. (Ibid., p. 665)

Assim, não apenas há uma perda de informação como também decorre de tal perda um efeito (de economia pragmática e de recorrência a uma propriedade essencial ao anafórico, não sendo necessário recorrer a outras propriedades contidas apenas no antecedente). Apesar de essas observações indicarem que há perda de informações no uso de anafórico hipônimo, ainda não é possível saber se essa perda ocorre sempre ou se pode ocorrer também a atualização dos conhecimentos do leitor, isto é, se pode ocorrer essa perda de informação ao mesmo tempo em que ocorre um acréscimo de informação com função de atualizar os conhecimentos do interlocutor.

De todo modo, a argumentação de Silva é pertinente no que se refere à economia feita na retomada por um hiperônimo. Porém, essa perda de informação acontece na introdução de uma nova expressão, que revela uma propriedade essencial do antecedente. Desse modo, algo novo é posto no texto, já que o autor seleciona um determinado hiperônimo capaz de informar os traços semânticos julgados pertinentes; assim, é introduzida a informação sobre o que é essencial a ser mantido do antecedente para o andamento do texto.

Uma terceira hipótese básica, mais fraca do que as anteriores, é a de que, com o uso de um anafórico hiperônimo, há a manutenção não apenas do referente, mas também das informações relacionadas ao antecedente. Para discutir essa questão, vale considerar o que Koch diz sobre a recorrência aos lexicais do antecedente pelo anafórico hipônimo:

o hiperônimo contém, em seu bojo, todos os traços lexicais do hipônimo. Por esta razão é que se pode afirmar que, na retomada por hiperônimo, tem-se um 'menor grau' de recategorização, visto que a carga semântica do hiperônimo, ao ser usado anaforicamente, se 'ajusta' ao antecedente, ou seja, selecionam-se apenas aqueles de seus traços que a ele se ajustam [...]. (KOCH, 2004, p. 248).

Nessa observação da autora, o hiperônimo não possuiria menos traços lexicais que o hipônimo, ao contrário do que foi afirmado na segunda hipótese. Seguindo tal observação, há um menor grau de recategorização nesse tipo de anáfora, pois o hiperônimo, contendo todos os traços do antecedente, apenas tem alguns desses traços, correferentes ao antecedente, selecionados na retomada. A princípio, é razoável dizer que, se todos os traços do hipônimo antecedente estão contidos no hiperônimo, então as informações são mantidas, restando saber se junto a essas informações mantidas há o acréscimo de novas. Porém, já é reconhecido e até mesmo consensual (cf. CANÇADO, 2008; DUBOIS et al., 1998) que o hipônimo é que contém os traços do hiperônimo além de outros traços específicos não compartilhados pelos itens da classe representada pelo hiperônimo. Desse modo, a hipótese de que as informações contidas no hipônimo são mantidas no hiperônimo parece ser insustentável, pelo menos no que tange a consideração dos traços do anafórico e do antecedente.

## Conclusão

Com base na discussão anterior, sem o objetivo de chegar a uma conclusão definitiva, podemos considerar as duas primeiras hipóteses no seguinte raciocínio: o fenômeno em questão apresenta, por um lado, uma perda de informação e, por outro, um acréscimo. A perda se daria pela seleção de alguns traços semânticos do antecedente em detrimento de outros. O acréscimo se daria devido à recategorização do referente e à apresentação, por meio da seleção dos traços encontrados no hiperônimo, do que seria essencial ao antecedente.

Todavia, por mais que eu considere nada definitiva a conclusão de que esse tipo de anáfora tem duas “facetas” (uma em que há perda de informação e outra em que há acréscimo), espero ter deixado claro que tal fenômeno, mesmo sendo considerado dentro de uma configuração prototípica de anáfora, está longe de ser transparente.

## Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos IEL/UNICAMP*, Campinas, n. 4, p. 105-118, jan./jun., 2003.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997-1998.
- FIORIN, José Luis. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. (Org.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. In: *Caderno de Estudos Linguísticos (IEL/UNICAMP)*, Campinas, v. 25, p. 9-39, 1992.
- HALLIDAY, M. A. K.; R. HASAN. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- ILARI, R.; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).
- ILARI, R. Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam? In: *Caderno de Estudos Linguísticos (IEL/UNICAMP)*, Campinas, v. 41, p. 91-109, jul./dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, I. V. et al. (Orgs). *Referenciação e sentido*. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOCH, I. G. V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. In: *Caderno de Estudos Linguísticos (IEL/UNICAMP)*, Campinas, v. 41, p. 75-89, jul./dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, L. et al. (Org.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. Linguística Textual hoje: questões e perspectivas. In: SILVA, D. E. G. (Org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cânone, 2006.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *Delta*, número especial, v. 14, p. 169-190, 1998.
- MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social. In: *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

ROSA, Albari. Porto de Paranaguá tem 90 dias para apresentar regularização ambiental. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 29 jun. 2010. Economia. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1030296&tit=Porto-de-Paranagua-tem-90-dias-para-apresentar-regularizacao-ambiental>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

SILVA, F. Contributo da hiperonímia e da meronímia para a configuração de relações anafóricas. *Línguas e literaturas*, Porto, v. 10, n. 2, p. 657-672, 2003.

VEREZA, S. C. Contextualizando o léxico como objeto de estudo: considerações sobre sinonímia e referência. *Delta*, n. 1, v. 16, p. 63-98, 2000.

WACHOWICZ, T. C. Quando a semântica entra nos textos. *Eutomia*, v. 1, n. 1, p. 584-608, 2008.